



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



LISBOA, PORTUGAL, 22 DE MAIO DE 1998

*Senhor Presidente de Portugal, meu caro amigo Jorge Sampaio; Senhor Primeiro-Ministro António Guterres; Senhor Manuel Marín, Vice-Presidente da Comunidade Européia; meu companheiro Enrique Iglesias, Presidente do BID; Senhores Ministros; Embaixadores; Senhoras e Senhores,*

Disse o Doutor Manuel Marín que ele iria falar por telegrama. Eu estava pensando que deveria falar via Internet, mas não achei o aparelho aqui, o que é uma falha. (*Risos.*)

Ao mesmo tempo que quero expressar minha satisfação por estar aqui nesta sala, neste fórum, que tem um significado todo especial, e estar acompanhado pelos que aqui se encontram, quero dizer, primeiro, que já tive que mudar o discurso – meu discurso já foi feito pelos que aqui me antecederam; segundo, agradecer, e este é meu único consolo, ao meu amigo Jorge Sampaio porque o Hélio Jaguaribe e o Mario Soares não vão falar (*risos*), senão nós estaríamos realmente sem ter mais o que dizer num ambiente caloroso de intelectuais fortes e de vontade política decidida que os caracteriza e que também caracterizou a palavra daqueles que me antecederam aqui. Por isso, tentando ser

realmente breve, eu quero fazer algumas poucas considerações, deixando à margem o que eu iria dizer, porque, reafirmo, tudo já foi dito. E isso é muito bom, porque significa que temos já uma identidade de pensamento.

Primeiro, alguma coisa quase que de recordação intelectual. Para alguns de nós aqui presentes, como o Hélio Jaguaribe, o Felix Peña, o Celso Láfer, o Enrique Iglesias e tantos outros, é uma grande satisfação estarmos discutindo integração, hoje, tema que nos anos 60 nós – o Celso, não – já vínhamos discutindo, e sob inspirações de pessoas que nos guiaram intelectualmente, como foi o caso de Raul Prebisch. As nossas discussões então tinham, por um lado, uma espécie de – se posso dizer assim – continuidade do ideal bolivariano. Nós queríamos uma América Latina unida, um pouco romântica.

Por outro lado, nós não nos afastávamos daquilo que hoje é característica: queríamos resultados também. E a história foi difícil: Alalc, Aladi, União Centro-Americana, formação do BID – muitas dificuldades para que pudéssemos desenhar um caminho que fosse palmilhado, mais tarde, de maneira mais segura, pela sociedade, pelos empresários, e assim por diante.

Mas havia uma idéia, uma noção do que era necessário. Havia uma espécie de utopia. Nós queríamos uma integração. E o que é curioso nesse processo é que esse ideal integrador, no caso da América Latina, não derivou de necessidades circunstanciais, do clima ideológico, político. Não foi por causa da existência de um choque da guerra fria, que terá naturalmente ajudado na Europa uma idéia de Europa. Não tínhamos essa mesma presença de “o outro lado”. Foi por uma vontade de irmandade e também porque nós precisávamos unirmo-nos porque éramos muito fracos. Precisávamos realmente integrar nossas economias para que nós tivéssemos escala e pudéssemos sobreviver num mundo que nos era, e continua sendo, em grande parte, hostil. Havia, portanto, um valor nesse processo, que era político.

Eu acredito que isso faz ponte com a situação atual: de novo temos um momento em que existem conceitos que nos guiam. E aqui me refiro ao que disse há pouco: houve várias mudanças essenciais no

mundo. Uma já foi dita aqui, que é a questão da globalização, num processo, digamos, econômico, e, mais do que econômico, tecnológico, de comunicações instantâneas e tudo mais que não vou repetir, pois todos já sabem. É um tanto perigoso imaginar que, porque é assim, vai ter que ser assim. Depende. Há muitas maneiras pelas quais esses processos se realizam na história. É verdade que existe uma tendência unificadora, e em si mesma não é boa nem má. Agora, poderá ser boa ou poderá ser má. Gostei do que disse o Doutor Marín.

Nós temos que efetivamente começar a pensar nos riscos da globalização, e não simplesmente nas suas bondades, que é a visão ideológica dos que acreditam que o mercado vai prevalecer e que, portanto, os valores que constituíram a essência mesma do mundo ocidental, que são valores humanísticos, desapareceriam e seriam mero subproduto do mercado. Mas, por outro lado, se devemos afastar essa idéia simplória, não podemos pensar que só exista um modo de haver a globalização e que os países e os blocos não devam ter suas visões sobre a melhor maneira de construirmos, diante de um quadro técnico-produtivo que leva à integração, as nossas instituições e orientarmos as nossas políticas, de tal maneira que nós guardemos nossa capacidade humana e histórica de decidir e de, portanto, ter uma vontade política que se organize e se manifeste. Acho que essa percepção, digamos, dinâmica da globalização – e não como um acontecimento fatal da história – é muito importante.

Há mais de dez anos, quando no Brasil quase não se falava desses temas, e os que falavam eram considerados heterodoxos, diante da visão que nós tínhamos, bastante autárquica, de um desenvolvimento de substituição de importações, visitou-nos – eu refiro sempre esse fato – alguém que então era Secretário Internacional do Partido Comunista Italiano, o hoje Ministro do Interior da Itália, Giorgio Napolitano. Napolitano deu uma entrevista que me marcou muito, e eu repeti isso no Senado – eu era então Senador – várias vezes. Ele disse o seguinte: “Olha (não se falava em globalização, falava-se em internacionalização), a questão verdadeira é saber se eles vão nos internacionalizar ou se nós nos internacionalizaremos.” E isso é muito importante. Aqui se

trata de que nós vamos tomar as decisões necessárias para fazer frente a um mundo que tem um processo integrador que decorre do modo de produção e até de interesses políticos. Mas nós não vamos fazê-lo de maneira passiva, como se tivéssemos simplesmente que receber os efeitos, os bons e os maus, de um processo que nos escapa. Não. Nós temos que tomar as decisões por nossa própria conta, definindo as nossas políticas de maneira clara.

Essa é uma primeira observação de ordem, digamos, do clima que eu acho que existe hoje de novo, diferente daquele que havia nos anos 60, mas que tem a sua correspondência no sentido de que, de fato, estamos de novo com decisões a serem tomadas, com opções. Nós não estamos diante de um mundo cerrado, que necessariamente irá por um caminho; o caminho vai depender, em grande parte, do que nós construirmos para que seja um caminho mais aceitável. Bem, isso é a primeira observação.

Segunda observação que eu queria fazer: se aqui na Europa mesmo, quando as idéias iniciais integradoras começaram a existir com mais força, havia sempre perigo do outro lado, hoje não só não existe isso como eu creio que nós vivemos um momento um pouco diverso no mundo. Não há potência que possa ser hegemônica. Pode querer ser, mas não pode ser hegemônica. Pode ser predominante por sua força. Mas hegemonia significa outras coisas. Significa, se for gramsciana mente, um assentimento, uma aceitação, como se fosse um valor próprio dos outros, aquilo que é posto sobre a mesa por alguém que tem o predomínio. Não existe essa aceitação. Um exemplo foi dado agora, aqui mesmo, pelo que disse o Doutor Manuel Marín nas discussões que nós fizemos na América Latina, especialmente no Mercosul, sobre a questão relativa ao regionalismo aberto. O que era inaceitável acabou sendo aceito.

A potência predominante, que são os Estados Unidos, com todas as suas características extraordinárias de criatividade intelectual, de capacidade de ser realmente uma sociedade aberta, etc., não conseguiu recentemente fazer guerra ao Iraque. Não conseguiu. E não conseguiu por quê? Porque não tinha força? Tinha força. É porque a força, no

mundo de hoje, não é suficiente para que ela seja exercida, se não houver um certo consentimento. E esse consentimento vem das sociedades, inclusive – principalmente, neste caso – da própria sociedade americana, que recusou a possibilidade do uso precipitado da força. E, ao recusar esse uso precipitado da força, abriu um espaço para que muitos de nós recusássemos, como o Brasil recusou, como a França recusou. Não uma recusa no sentido, digamos, de ferir o “Império”, mas no sentido de dizer: “Olha o caminho não é bem por aí.” Tivemos que buscar algumas alternativas – e a força se tornou inútil, naquele momento. Não que o seja sempre; eventualmente pode e deva até ser usada. Mas, para que seja usada, é preciso que exista também um consentimento, é preciso que exista um conjunto de condições que vão além daquilo que se decide no poder político e menos ainda no poder econômico da potência predominante.

Essa característica é nova no mundo. Não é Roma, não estamos diante de Roma: estamos diante de um mundo que tem – vou forçar a expressão – uma opinião pública, um mundo no qual se forma uma opinião pública, no qual o que se chama de ONGs, as organizações não-governamentais, que irritam tanto aos que estão no Poder, são indispensáveis. Devemos deixar passar a irritação e compreender a função delas, não para aceitar que elas assumam a posição de Estado, que não podem ter, porque não têm a legitimidade do voto para assumi-la, mas, sim, para que se entenda que é preciso que exista a formação de canais que não são estatais, não são governamentais, mas que formam opinião. Nós vivemos, hoje, talvez pela primeira vez na história, uma opinião que se forma além do quadro nacional, graças também aos meios de comunicação, graças à revolução tecnológica existente, graças à comunicação instantânea. Isso mudou tudo, e mudou inclusive essa nova dimensão do processo decisório do mundo contemporâneo.

Acho que é nesse quadro que nós devemos nos mover, sabendo, naturalmente, das limitações, vendo nossos interesses, mas acreditando sempre que é preciso colocar decisões e que nós temos que ter objetivos a serem alcançados e, portanto, ter uma política. E disso se trata. Tem razão o Primeiro-Ministro Guterres quando faz aqui o desafio dele. Vai

depender muito de nossa capacidade decisória, de nossa vontade política o tomarmos riscos que são necessários. Falo agora já não tanto do plano de quem analisa o quadro em que se desenvolve o processo mundial e o processo das integrações regionais, mas como quem é Presidente de um país como o Brasil, que hoje dispõe de um Produto Interno Bruto de 830 bilhões de dólares, que é capaz de vender aviões, de mandar satélites para o espaço e que, portanto, tem uma certa capacidade de ação; que, sem ser exagerado, sabendo de suas limitações, sabe também que tem uma presença no processo decisório, não só em nível local, mas em nível um pouco mais amplo.

Nessa nova etapa que estamos vivendo, como Presidente do Brasil devo dizer que nós vamos jogar profundamente o peso das nossas possibilidades para que nós construirmos uma ordem que seja mais favorável a todos nós. Vamos, sim, falar forte na Organização Mundial do Comércio e não vamos aceitar discriminação, não vamos aceitá-la, por mais que seja difícil a negociação. Mas não podemos continuar aceitando uma negociação que exclua a agricultura. Não vamos aceitar isso. Onde estão os frangos do Doutor Manuel Marín? (*Risos.*) Fossem só os frangos, eu estaria mais calmo. Mas nós temos também o suco de laranja, o suíno, a carne, temos tanta coisa que nós vamos colocar na mesa. Para quê? Para romper com a União Européia? Não! Para fazer o caminho da negociação, que, no começo, vai ser difícil, e vamo-nos encontrar rígidos nessa negociação, rígidos porque ela é essencial para nós. Não vamos abrir mão também dos nossos objetivos de desenvolvimento industrial. Isso não só o Brasil: os países que hoje estão já com um grau de desenvolvimento razoável, como é o caso dos do Mercosul, têm a obrigação moral, além da possibilidade material, de seguir adiante com seus processos industrializadores. Nós vamos seguir adiante com o nosso processo industrializador. Vamos à OMC, vamos aos *panels*, vamos reclamar dos subsídios dos outros, brigar com muita energia pelo que é necessário para que o regionalismo aberto não seja uma farsa, para que ele seja, efetivamente, alguma coisa que permita o avanço concreto das nossas sociedades. Vamos fazer isso sem arrogância, sem imaginar que só porque temos – o que eu disse aqui – uma certa possi-

bilidade isso basta. Não! Vamos ter que convencer. Vamos ter que agir na comunidade internacional, convencendo, discutindo, ampliando, buscando apoio, cedendo.

Um país como o Brasil tem que aceitar o desafio do Primeiro-Ministro Guterres. Vamos ter que avançar um tanto mais na institucionalização do Mercosul. E quem fala é o Presidente do Brasil, que sabe das dificuldades que tem para isso, porque evidentemente nós temos portes desiguais entre as nações do Mercosul. Porque temos o maior mercado, nós vamos ter também que ter nossa responsabilidade política de avançar, de dar passos. Sei que falar, neste momento, de moeda única é uma coisa que está um pouco além do horizonte do razoável. Entendo que o Presidente Menem diga que convém apontar caminhos do futuro. Nós, brasileiros, somos descendentes de portugueses. Dificilmente damos um passo maior que a perna. (*Risos e aplausos.*) Mas temos uma profunda admiração pelo espírito quixotesco dos espanhóis (*risos e aplausos*), sem o qual aquilo que ontem o Primeiro-Ministro Guterres reclamava que era mediocridade e inveja nos envenenaria. Nós saímos da nossa visão um pouco mais apertada porque olhamos nossos amigos do mundo hispano-americano e vemos que eles sonham mais – e nós, então, embarcamos no sonho deles. Quando é pesadelo, acordamos; quando é sonho mesmo, procuramos transformá-lo em realidade agradável para todos. Mas nós vamos avançar nas direções que são necessárias, como um país que tem as responsabilidades do Brasil.

O Brasil tomou essa decisão de integração muito a sério. Não há volta atrás! E vou-lhes dar a razão muito simples para isso. É que nós hoje resolvemos nos integrar, fisicamente, em toda a nossa matriz energética. O que no passado era uma visão de um país como o Brasil, nessa altura, talvez semelhante aos Estados Unidos do século passado, que se via como um país auto-suficiente, hoje é a percepção de um país que se vê complementarmente. Como digo sempre, fui Ministro do Exterior. Não se comprava petróleo da Argentina, nem da Venezuela. Nada. Zero. Nem uma gota. Agora, compramos petróleo, basicamente, da Argentina e da Venezuela: 1 bilhão de dólares da Argentina; 600 milhões de dólares da Venezuela. E vamos ampliar. Não se trazia gás de outros países.

Estamos construindo um gasoduto que tem 3.200 km de extensão para levar gás da Bolívia até o sul do Brasil. Vamos levar gás da Argentina para o Brasil; amanhã, do Peru para o Brasil. Estamos comprando energia hidrelétrica da Venezuela. Do Paraguai já comprávamos. Estamos comprando da Argentina. Estamos tentando discutir com a Colômbia o carvão e, quem sabe, amanhã será com Moçambique. Nossa sobrevivência material, física, hoje, está inserida no espaço da América do Sul. Isso é uma decisão estratégica, que não tem volta atrás. É impossível! Então, nós, hoje, não pensamos em integração como uma complementação do mercado brasileiro. Nós pensamos em integração como um modo de ser do Brasil na sua circunstância política e geográfica.

Vamos seguir nesse processo de regionalismo aberto. Vamos continuar discutindo com os Estados Unidos sobre a questão da Alca. Tive conversas bastante boas com o Presidente Clinton sobre essa matéria, sobre regionalismo aberto. E tive a alegria de ver o Presidente Clinton, nos jardins da residência oficial do Presidente da República do Brasil, de alguma maneira contrariar o que era o sentimento da burocracia americana e dizer que sim, que o Mercosul era uma realidade para ficar e que a integração futura do mercado hemisférico dependeria do aperfeiçoamento crescente do Mercosul, do Pacto Andino, do Nafta e, aí, sim, com possibilidade crescente de uma integração sólida desses vários blocos. Certamente, nunca passou pela nossa cabeça nada semelhante a uma fortaleza do Mercosul, o que seria ridículo. Nós precisamos de comércio, de investimentos, de tecnologia. Nós queremos a presença da Europa no Mercosul, queremos a presença americana no Mercosul e vamos discutir com muita tranquilidade nosso relacionamento com os Estados Unidos, defendendo aquilo que nos parecer ser o nosso interesse, com toda a firmeza e com toda a franqueza, como temos feito já há algum tempo na relação com os Estados Unidos. E não vamos transformar num choque a questão das tarifas do suco de laranja na aduana de Nova York, porque as nações não estão em choque, os povos não estão em choque, nem os governos estão em choque nessa matéria.

Nessa matéria, vamos gritar bastante, fortemente, como gritaremos com o Canadá sobre os aviões da Embraer e onde for necessário, limi-

tando-nos àquela questão e construindo uma relação madura, sobretudo uma relação que tem que ser construída, a meu modo de ver, dessa maneira, pela razão que já foi aqui dita também: é que nós pertencemos – isso é verdadeiro – ao mesmo universo cultural, com variantes. Nós somos o Extremo Ocidente. A América do Sul é o Extremo Ocidente. É o Ocidente, é o mercado, é a universidade, é, até certo ponto, o individualismo, é a idéia de liberdade. Então, é natural que nós nos encontremos, com certa facilidade, com aqueles que pertencem a esse mesmo universo cultural. Isso não é suficiente para garantir a integração nem o avanço, nem uma boa relação entre a União Européia e o Mercosul. Para garantir tudo isso o que é necessário, então, é o que já se começa a fazer: avançar em negociações bastante concretas.

Termino dizendo que o Brasil assume, como está assumindo, sua plena responsabilidade, inclusive sabendo que em certos momentos cede. Cedemos tantas vezes em questões de mercado, para não comprometer o nosso relacionamento com os nossos vizinhos e parceiros do Mercosul. Ficamos tão contentes com a presença do Chile e da Bolívia nisso. Queremos o Pacto Andino junto conosco. Em vários casos, concretamente cedemos. Em algum momento eu disse que o Brasil prefere uma boa relação com a Argentina a uma cadeira no Conselho de Segurança. É uma expressão clara para dizer da importância que nós damos ao relacionamento, digamos, íntimo com os nossos vizinhos.

Agora, quero lhes dizer que, se isso é certo, se é certo também que a relação do Brasil com os Estados Unidos é uma relação construtiva, nos termos em que eu a mencionei aqui – não descuidando nunca dos nossos interesses regionais e nacionais –, é indispensável a relação com a Europa, é indispensável a relação com a União Européia, porque é uma relação didática, que vai permitir que se veja o caminho dos passos seguintes dos dois blocos regionais: a União Européia, que já é um bloco constituído, e o Mercosul, que está realmente avançando. O fato de nós nos juntarmos facilitará a negociação com o Nafta e outros processos integradores, para não esquecer do Pacto Andino.

Por todas essas razões, Presidente Jorge Sampaio, eu só tenho que felicitá-lo. Tenho certeza de que, no término desta conferência, Vossa

Excelência vai dizer tudo aquilo que penso (*risos*) e que não pude dizer porque o tempo é curto.

Queria finalizar agradecendo a iniciativa formidável do V Fórum Eurolatino-Americano, patrocinado pelo Centro de Estudos Estratégicos de Portugal, Doutor Vasconcelos e Rui Altenfelder, que nos propiciaram este encontro tão agradável.

Muito obrigado.